

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : SMCLASS. : 101DATA : 24 01 90PG. : 15

Demarcação das terras dos Caiapós pode ficar para o próximo governo

por Cleide Castro
de Brasília

A demarcação da Reserva Caiapó, no Médio Xingu, não deverá ser feita pelo atual governo. A hipótese foi admitida pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Luiz Roberto Ponte, após uma reunião, ontem, no Palácio do Planalto, com representantes da comunidade indígena, Funai, Fundação Mata Virgem e artistas ligados a movimentos ecológicos. "Possível é, mas é difícil de acontecer", respondeu Ponte à indagação quanto à solução do problema antes da posse do próximo presidente.

O ministro argumentou que existe um "desenho institucional", que deve ser seguido, para a concretização da demarcação das terras indígenas. "E o presidente Sarney não quer romper esse desenho", porque, além do tamanho da área, que corresponde a "dois estados de Sergipe e meio", há outras partes envolvidas na questão, como os ministérios do Interior e da Agricultura e o governo do Pará, que "devem ser ouvidos".

Pela manhã, nas comemorações do primeiro aniversário do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Sarney chegou a anunciar assinatura de um decreto, determinando a interdição da área, para demarcação em 150 dias.

Chefiados pelo cacique Raoni, os índios rejeitaram o decreto, durante uma reunião realizada na sede da Funai, após o encontro com o presidente, no Irama. "O presidente está fadado ao compromisso de demarcar a área, antes de sua saída do governo", afirmou Luís Carlos Pina, da Fundação Mata Virgem, ao explicar que o decreto remete a solução do problema para o governo Collor. Ele também lembrou que são dispensáveis as exigências quanto à realização de novos estudos para a demarcação, bem como a interdição, porque "os estudos já estão prontos e não tem ninguém na terra, além dos índios".

No Palácio do Planalto, Raoni pediu sinceridade do ministro Ponte na explanação das atitudes do governo para a condução do problema. "Pode dizer que a área não vai ser demarcada.

Eu não tenho medo de nada. Eu só preciso saber o que está acontecendo, para dizer pro meu povo", disse o cacique, pausadamente e quase que implorando. O ministro assegurou que o governo está empenhado na solução da questão e que está sendo publicado no Diário Oficial de hoje um decreto com as seguintes determinações: interdição da área por 150 dias e convocação imediata do grupo interministerial, para definir os limites da demarcação.

RESERVAS EXTRATIVISTAS

Sarney legaliza área de seringueiros na Amazônia

por Cleide Castro
de Brasília

O presidente José Sarney assinou decreto, ontem, regulamentando a criação de reservas extrativistas no País, previstas no Inciso VI do Artigo 8º da Lei nº 7.804, de julho do ano passado. Com esta providência também foi legalizada a primeira reserva extrativista brasileira, a do Alto Juruá, localizada no Acre, dentro da floresta Amazônica, proposta pelo Conselho dos Seringueiros, quando a entidade ainda era presidida pelo ecologista Chico Mendes.

Em solenidade comemorativa ao primeiro aniversário do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Sarney ainda criou duas áreas de proteção ambiental (Apa), em Minas Gerais — Morro da Pedreira e Lagoa Santa —, bem como a Reserva Biológica de Guaribas, em Mamanguape, na Paraíba. Outro decreto, assinado na mesma ocasião, reconhece a criação de reservas particulares do patrimônio natural, com direito a isenção de Imposto Territorial Rural (ITR) e a benefícios da Lei Sarney.

"Os atos assinados pelo presidente são uma demonstração de que é possível fazer desenvolvimento econômico com preservação ambiental", afirmou Fernando Cesar Mesquita, presidente do Ibama, durante a solenidade, que contou com as presenças de ambientalistas, ministros de estado e artistas engajados em movimentos de defesa da ecologia. No total, os decretos asseguram a preservação de 26

milhões de hectares, além de abrir perspectivas para a proteção de áreas que são de domínio privado, através das reservas particulares do patrimônio natural.

Estas áreas serão destinadas à manutenção, parcial ou integral, da paisagem, do ciclo biológico de espécies da fauna e flora nativas do Brasil. Os interessados na declaração de uma reserva particular deverão formular requerimento à Superintendência do Ibama na unidade da Federação em que se localizar a propriedade. O Instituto terá 60 dias para vistoriar a área, emitir o registro, através de portaria, reconhecendo-a como de interesse público e obrigando o proprietário a sua preservação.

Video "A Voz da Amazônia"

O lançamento do vídeo "A Voz da Amazônia" dirigido pela cineasta Miranda Smith sobre o ecologista Chico Mendes marcará, no próximo dia 7 de fevereiro, o início das atividades da Better World Society no Brasil. Entidade internacional sem fins lucrativos, a BWS produziu o documentário para mostrar que existem alternativas econômicas viáveis para a Amazônia sem que seja necessário destruir a floresta tropical, ouvindo a população local que tem condições de decidir de forma correta sobre o futuro da região. Exibido pela televisão norte-americana no final do ano passado, "A Voz da Amazônia" tem 56 minutos de duração.